



**Lei N.º 720, de 09 de julho de 1999.**

**EMENTA:** Dispõe sobre a Contribuição dos servidores municipais para custeio da Previdência Social e a criação do Fundo de Aposentadorias e Pensões e dá outras providências.

**ANTÔNIO DE PÁDUA MARANHÃO FERNANDES**, Prefeito Municipal de São João; faz saber que converteu o Projeto de Lei Nº 06 de 11 de maio de 1999 na seguinte Lei:

**Art. 1.º** - fica criado o regime previdenciário dos servidores públicos do Município de São João, nos termos da presente lei.

**Art. 2.º** - O regime previdenciário dos servidores públicos municipais será custeado mediante contribuições mensais dos servidores em geral, no percentual de 10% (dez por cento) e do município, no percentual de 8% (oito por cento).

**Art. 3.º** - As contribuições mensais incidirão sobre:

- I** - a soma paga a título remuneratório ao servidores ativos, como gratificações, vencimentos, adicionais, comissões e outras vantagens;
- II** - os proventos de aposentadoria e disponibilidade, no caso de servidor inativo.
- III** - as pensões.

**Parágrafo Único** - Não se incluem como salário de contribuição as verbas de natureza indenizatória, como diárias de viagens e salário família.

**Art. 4.º** - A contribuição do servidor será descontada mensalmente da remuneração e proventos dos servidores ativos e inativos e recolhidos ao Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões - FUMAP, no prazo de até 10 (dez) dias, assim como a contribuição mensal do município que deverá ser recolhida ao Fundo no prazo de 10 (dez) dias após o pagamento ser efetivado.

**Art. 5.º** - O recolhimento das contribuições mensais, no caso do art. 3.º, I, é condição para o exercício regular da função.

**Art. 6.º** - O servidor que requerer gozo de licença sem vencimento poderá optar para continuar recolhendo a contribuição na forma do art. 3.º, I, diretamente ao Fundo através de formulário próprio.

**Parágrafo Único** - Nesta hipótese, o servidor arcará, também, com a contribuição do Município.





**Art. 7.º** - São segurados obrigatórios:

- I** - os servidores públicos municipais dos poderes Executivo e Legislativo, efetivos, da Administração Direta, Autárquica e Fundacional;
- II** - os titulares de cargos de provimento em comissão;
- III** - os contratados em caráter temporário e por excepcional interesse público nos termos do artigo 37, IX, da CF/88.

**Art. 8.º** - Os benefícios da previdência social são:

**I** - para os segurados;

- a) proventos, no caso de aposentadoria voluntária ou compulsória ou por invalidez, na forma estabelecida na Constituição Federal;
- b) auxílio-reclusão, durante o tempo de prisão, correspondente a 60% (sessenta por cento) do menor salário de contribuição, desde que o segurado não esteja percebendo vencimentos, salários ou proventos;
- c) auxílio-doença, durante o período em que estiver afastado de suas funções, devidamente atestado pela Junta Médica Municipal, correspondendo a 100% (cem por cento) do salário de contribuição do segurado, a partir do 16.º (décimo sexto) dia; tornando-se invalido o auxílio será permanente.

**II** - para os beneficiários; pensão por morte do segurado, no valor correspondente a 100% (cem por cento), do seu salário de contribuição.

**Parágrafo Único** - Os ocupantes de Cargos Comissionados e os Contratados em caráter temporário só terão direito ao benefício de que trata a alínea "C", inciso I, deste artigo.

**Art. 9.º** - A inscrição do segurado será formalizada mediante Certidão de Tempo de Serviço, contendo sua qualificação pessoal e o ato de sua admissão no serviço público municipal.

**Parágrafo Único** - A condição de segurado cessa:

- I** - para o titular de cargo exclusivamente em comissão, com a exoneração;
- II** - para o servidor efetivo, com o pedido de exoneração, com a demissão ou por qualquer forma de perda de vínculo;
- III** - com a licença sem vencimento, caso não exerça a opção de que trata o art. 6.º.

**Art. 10** - Consideram-se beneficiários do segurado:

- I** - os filhos de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos, ou, quando universitários, até 24 (vinte e quatro) anos, ou ainda, os inválidos de qualquer idade;
- II** - a viúva de casamento civil ou religioso ou a companheira, nos termos da Lei Civil;







**III** - mãe ou pai inválidos, desde que não disponham de meios próprios de sobrevivência.

**Parágrafo Único** - Os beneficiários serão inscritos mediante o processamento de declaração escrita do segurado, afirmando a condição de dependente econômico, com a qualificação pessoal de cada um, comprovada por documentos hábeis.

**Art. 11** - O direito à pensão se extingue em relação a cada beneficiário:

**I** - por morte do beneficiário;

**II** - pelo casamento ou concubinato do beneficiário;

**III** - ao atingir a maioridade, para os beneficiários menores;

**IV** - pela cessão da invalidez, para os beneficiários inválidos.

**Parágrafo Único** - Em relação ao beneficiários universitários, a pensão poderá ser mantida até atingirem 24 (vinte e quatro) anos de idade, enquanto detiverem a condição de estudantes universitários.

**Art. 12** - O custeio do regime previdenciário dos servidores municipais será atendido pelas seguintes fontes de receitas:

**I** - contribuições mensais dos segurados e do municípios, na forma do art. 2.º;

**II** - pelo resultado dos investimentos e reinvestimentos de reservas;

**III** - juros e rendimentos de aplicações financeiras;

**IV** - doações, subvenções, legados, rendas extraordinárias e recursos transferidos a qualquer título pelo Poder Público.

## DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**Art. 13** - O Poder Executivo remeterá à Câmara Municipal, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, projeto de lei criando o Fundo Municipal de Aposentadorias e Pensões - FUMAP.

**Parágrafo Único** - O Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões será administrado por um Conselho de Administração, que terá entre seus membros, pelo menos um servidor municipal, como representante da classe.

**Art. 14** - as contribuições mensais, bem como todas as demais receitas previstas no art. 12, serão recolhidas ao Fundo.

§ 1.º - enquanto não for constituído o FUMAP, os valores mencionados no caput deste artigo serão depositados em conta específica, sobre controle da Secretaria de Finanças do Município.

§ 2.º - Constituído o FUMAP, o valor total dos depósitos de que tratar o parágrafo anterior será para ele revertido como aporte de recursos para a sua exclusividade administrativa.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

Rua Augusto Peixoto, s/n - São João - PE



**Art. 15** - O Conselho de Administração do FUMAP deverá promover as medidas necessárias com vistas a obter compensação financeira dos diversos sistemas de previdência, relativamente ao tempo de contribuição utilizado pelo servidor municipal para contagem recíproca.

**Parágrafo Único** - Os recursos obtidos com compensação de que tratar o caput deste artigo, constituirão receita para o Fundo.

**Art. 16** - Fica vedada a utilização de recursos do fundo para serviço de assistência médica e outras finalidades ou benefícios que não estejam previstos nesta Lei.

**Art. 17** - No caso de vir a ocorrer a extinção do Regime Próprio de Previdência Social, o município assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como assumirá todos os bens patrimoniais do referido regime.

**Art. 18** - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, Revogadas as disposições em contrário.

**Palácio Municipal João de Assis Moreno**, em 09 de julho de 1999.

  
**ANTÔNIO DE PÁDUA MARANHÃO FERNANDES**  
**PREFEITO.**



PORTAL DA TRANSPARENCIA MUNICIPAL  
<http://cloud-it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/47-20210316084713.pdf>  
assinado por: idUser 138

CEP - 55.435-000  
PABX(081) 784 1156  
CCO - 10.116.271/0001-20